

Conselheiro Severino Otávio

Presidente Eleito

Senhor Presidente
Senhores Conselheiros
Caros funcionários
Minhas senhoras e meus senhores

Sinto-me profundamente honrado e envidado por estar assumindo hoje, pela segunda vez, a Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Inicialmente, senhor Presidente Ruy Lins de Albuquerque, gostaria de dizer em breves palavras o quanto me sinto gratificado por estar substituindo V. Exa. à frente deste Tribunal.

Tribunal que não é apenas este belo edifício situado às margens do rio Capibaribe. É também e sobretudo os seus 27 anos de história. O seu qualificado corpo técnico. A instituição por excelência à qual a Constituição delegou poderes para fazer o controle externo dos órgãos da administração pública.

Pois é este Tribunal de Contas, senhor Presidente Ruy Lins de Albuquerque, que V. Exa., com seu descortino, soube dirigi-lo pela sétima vez dentro dos princípios da democracia, do companheirismo e da fraternidade.

Aqui, durante os 12 meses de sua gestão, tivemos avanços significativos em praticamente todas as áreas. Avançou-se na informática para sintonizar esta Corte de Contas com o que de mais moderno existe neste campo. Ofereceram-se cursos de especialização ao nosso corpo técnico.

Consolidaram-se as Inspetorias que foram instaladas no interior.

Enfim, V. Exa., com o seu dinamismo, não deixou que este Tribunal parasse no tempo e no espaço. Até em momentos de turbulência, muito naturais em qualquer órgão colegiado do mundo, soube agir com firmeza e determinação em defesa do prestígio e da imagem da instituição.

Dito isto, senhor Presidente, dirijo-me agora, particularmente aos senhores Conselheiros e ao nosso corpo de funcionários.

Todos os que estão aqui me conhecem bem.

Cheguei a esta Casa há mais de 10 anos, já tendo passado pela Corregedoria e a Vice-Presidência. Sou uma pessoa aberta, franca, de diálogo fácil. E por isso mesmo é que estou dispensado de qualquer apresentação.

Prometo-lhes, no exercício desta Presidência, defender, em todas as instâncias, o Tribunal de Contas de Pernambuco.

Saberei ser tolerante e flexível sem que isto seja confundido com falta de pulso ou autoridade.

Serei firme sem ser autoritário.

Ousado sem ser imprudente. Porque é dever de todos nós, administradores públicos, tratar a todos com respeito, sem no entanto abdicar da responsabilidade que temos sobre os nossos ombros.

A apenas três anos da virada do século, minhas senhoras e senhores, os Tribunais de Contas de um modo geral têm que se modernizar internamente para dar respostas à sociedade sobre a sua razão de existir.

Seguindo o exemplo de todos os meus antecessores, não deixarei sem resposta críticas apressadas que fazem por aí ao nosso trabalho.

Recentemente, como todos aqui se recordam bem, parte dos órgãos de imprensa do Estado tentou incutir na opinião pública uma imagem distorcida deste Tribunal.

Venderam-se versões fantasiosas de que isto aqui é uma casa política. Todavia, os que aqui trabalham e convivem sabem que isto não é real. Podemos até cometer erros, porque errar é próprio do ser humano. Mas permanecer neles... jamais!!!

Quantas e quantas vezes, aqui neste plenário, nós não reformamos decisões de Câmaras?

O que engrandece e enobrece os Tribunais é exatamente isto: saber reconhecer o erro e fazer a sua reparação.

Platão, um dos maiores filósofos da humanidade, já nos ensinava antes de Cristo: "O juiz de Direito não é nomeado para fazer favores com a justiça. Mas para julgar segundo as leis".

Malgrado os percalços que temos encontrado, podemos afirmar, sem nenhum receio, que este

tem sido o nosso lema: cumprir a Constituição e as Leis.

Ambas constituem a nossa Bíblia e dela não nos afastaremos em hipótese alguma. Até porque, minhas senhoras e meus senhores, a sociedade é quem nos julga. É quem fiscaliza os nossos atos. É quem acompanha nossas decisões.

Enganam-se, portanto, os que não vêem os Tribunais de Contas sob a ótica da legalidade, da legitimidade e da ética.

Rui Barbosa, no seu célebre discurso “Oração aos Moços”, deixou para os seus pósteros esta verdade incontestável: “Justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta”.

Há pouco mais de 15 dias enaideceu-me muito uma solenidade que se realizou aqui pela primeira vez: a conclusão da 1ª TURMA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE PÚBLICA E CONTROLADORIA GOVERNAMENTAL promovida por esta Presidência, na gestão de Ruy Lins, e pela Universidade Federal de Pernambuco.

Qual o significado deste curso senão dotar o Tribunal de Contas do equipamento necessário à verificação da legalidade e da legitimidade da gestão governamental?

Porque de uma coisa, meus caríssimos colegas de trabalho, todos nós nos orgulhamos: temos um corpo técnico altamente capacitado para enfrentar os desafios do terceiro milênio no que tange à fiscalização dos atos governamentais.

Claro que os Tribunais de Contas, de um modo geral, não alcançaram ainda o *estágio necessário* para, no dizer do pernambucano Marcos Vinícius Vilaça, do Tribunal de Contas da União, promover a transparência, lisura e eficácia dos atos públicos, mediante o combate à corrupção e ao desperdício.

Ainda nos falta muito chão para alcançarmos o *estágio ideal*.

Mas, se cada um fizer a sua parte, chegaremos lá mais rapidamente.

O próprio ministro Marcos Vilaça – durante o III Encontro dos Tribunais de Contas do País de Língua Portuguesa, em Lisboa – definiu magistralmente as linhas de ação indispensáveis com que os Tribunais de Contas podem colaborar para a modernização do aparelho estatal.

O ministro enumerou nove intervenções

com as quais estamos de acordo. Passo a citar todas elas:

Primeira – Aperfeiçoamento da legislação específica, por meio de reformas, constitucionais ou não, que lhe ampliem as atribuições para intervir na gestão pública;

Segunda – Autonomia financeira dos Tribunais de Contas como forma de viabilizar sua independência funcional e operativa;

Terceira – Profissionalização e valorização do seu quadro funcional;

Quarta – Capacitação dos seus quadros profissionais em modalidades de fiscalização que requeiram elevada especialização;

Quinta – Informação dos seus trabalhos como forma de aumentar a sua eficiência;

Sexta – Atualização das normas de auditoria pela elaboração de manuais que assegurem a qualidade e a uniformidade do trabalho dos auditores;

Sétima – Impulso às auditorias como forma de avaliar a capacidade gerencial dos agentes públicos;

Oitava – Participação ativa no processo de privatização dos bens do Estado;

Nona e última – Acompanhamento do cumprimento das cláusulas de contrato de concessão de infra-estrutura.

Em linhas gerais, minhas senhoras e meus senhores, creio ser este o balizamento necessário para o aprimoramento do nosso trabalho. Temos que estar atentos à evolução da sociedade para oferecer respostas eficazes ao controle externo da gestão pública.

Afinal de contas, cabe-nos fiscalizar – com um corpo técnico relativamente reduzido – o Governo do Estado, todos os seus órgãos e 187 Prefeituras e Câmaras de Vereadores.

É da eficiência ou não do nosso trabalho, da transparência ou não dos nossos atos que a sociedade pernambucana fará melhor ou pior juízo do Tribunal de Contas de Pernambuco.

Por isso, conto com a colaboração de todos os senhores para o bom cumprimento de nossa missão, que é, em última instância, o que espera de nós a população: não permitir que a corrupção se institucionalize, que floresça nas gerações mais jovens a descrença na Justiça e que o Estado moderno se desmoralize por falta de instituições que zelem pela

transparência e eficiência da gestão governamental.

Tenho certeza absoluta de que o vice-presidente Fernando Correia e o corregedor geral Adalberto Farias saberão dividir comigo esta responsabilidade que o Conselho nos delegou.

Antes de encerrar, meus caríssimos presentes, gostaria de prestar uma modesta homenagem a José Antônio Barreto Guimarães, conselheiro aposentado desta Casa, que faleceu recentemente.

Ele foi um homem honrado que soube dignificar com sua cultura e a sua probidade todos os cargos públicos que ocupou.

Que Deus o tenha, pois, em bom lugar.

Por último, despeço-me agora dos senhores agradecendo a presença de todos – com esta célebre lição de André Malraux:

“A garantia da liberdade é a força do Estado a serviço de todos os cidadãos”.

Eu completaria: a sociedade só será forte na

medida em que as instituições que a representam, entre as quais o Tribunal de Contas, sejam capazes de controlar a gestão governamental em todos os níveis.

Muito obrigado.

AGRADECENDO A PRESENÇA DE TODOS, DECLARO ENCERRADA A PRESENTE SESSÃO.

CERIMONIAL:

SENHORAS E SENHORES, EM NOME DO CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, CONVIDAMOS TODOS PARA O COQUETEL EM HOMENAGEM AOS EMPOSSADOS, NO TÉRREO.

Ficha técnica da presente edição

Direção:	INALDO SAMPAIO E ANA CAMELO
Supervisão:	Lúcia das Neves
Redação:	Inaldo Sampaio
Revisão:	Cleto Beltrão
Distribuição:	Gratuita
Capa:	Gilberto Marcelino
Tiragem:	1.000 exemplares
Impressão:	CEPE – Companhia Editora de Pernambuco